

MUDANÇAS NO COMÉRCIO AGRÍCOLA MUNDIAL

***Roberto Rodrigues**

O Centro Internacional para Comércio e Desenvolvimento Sustentável (ICTSD), em conjunto com o IPC (Conselho Internacional de Alimentos e Política Agrícola), acaba de lançar um instigante estudo sobre os novos desafios do sistema global de comércio agrícola e suas implicações quanto à sustentabilidade.

São ambas instituições muito sérias.

Fundado em 1996, o Centro Internacional para Comércio e Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) é uma organização independente sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça. Ao capacitar os interessados na política comercial através da informação, redes, diálogo/debates, pesquisa e capacitação, o Centro visa influenciar o sistema de comércio internacional, e avançar no objetivo do desenvolvimento sustentável. O ICSTD é credenciado pela ONU e tem status consultivo com a ECOSOC (United Nations Economic and Social Council); estatuto de observador na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a Comissão do Codex Alimentarius, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Desde 1996, foi concedido crédito ao Centro pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para participar em todas as suas conferências ministeriais e outras atividades ad hoc. ICSTD também é credenciado para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Desde julho de 2005, ICTSD tem sido um membro credenciado do Conselho de Governadores do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP).

O ICSTD organizou um grupo de especialistas para explorar os desafios do sistema global do comércio de alimentos do século 21 e suas implicações para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de gerar opções políticas sobre como as regras do comércio internacional podem responder a esta nova realidade. O Conselho Internacional de Alimentos e Política Agrícola (IPC) uniu forças com ICSTD.

Este IPC, por sua vez, reúne técnicos, acadêmicos e pensadores seniors de todo o mundo e, sob auspícios de empresas e entidades privadas, realiza estudos responsáveis sobre Política Agrícola em todos os seus capítulos.

O trabalho parte de uma premissa discutível, que é a afirmação de que os preços de alimentos entraram em um novo patamar, mais elevado, do qual não baixarão muito. Algumas vezes nas últimas décadas esta tese já foi repetida. E os preços sempre voltaram a cair, porque a produção de alimentos cresceu impulsionada por bons preços, por políticas públicas favoráveis em vários países importantes, a oferta acabou invariavelmente se alinhando com a demanda e os ciclos de aumentos terminaram.

Desta vez, os argumentos a favor da tese do novo patamar é sustentada por diversos motivos: o aumento de renda per capita dos países em desenvolvimento onde as populações mais crescem, é o principal. Mas há outros interessantes, como a crescente urbanização no mundo todo, a diminuição das terras cultiváveis, o aumento dos custos de produção e de logística e infraestrutura, a redução da possibilidade de novos estouros da produtividade com o esgotamento das tecnologias disponíveis, o aumento dos preços do petróleo e de outras energias e até a mudança climática que exige outros padrões técnicos para uso em territórios que ficarão mais quentes...

O caso da agroenergia também é citado: boa parte da produção agrícola é usada para fabricar biocombustíveis, bioeletricidade e uma nova onda, já apelidada de “civilização da biomassa” vem avançando. Com efeito, 40% do milho produzido nos Estados Unidos, 50% da cana brasileira e 65% do óleo vegetal na Europa já são usados para biocombustíveis. A FAO/OCDE estimam que em 2021 cerca de 14% da produção mundial de grãos e 34% da de cana viraria etanol e 16% da produção mundial de óleo vegetal seria transformado em biodiesel. E isso faz sentido: em busca da sustentabilidade, muitos países subsidiam fortemente os biocombustíveis, pensando em inibir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e estimular a renda rural (o Brasil é uma exceção, e o etanol foi até abandonado pelas estratégias públicas). Todos estes argumentos podem ser contraditados.

Mas há outros fatores, talvez ainda mais significativos, especialmente ligados ao comércio mundial de produtos agrícolas em geral e de alimentos em particular. A paralização da Rodada de Doha da OMC está produzindo uma impressionante onda de acordos regionais de comércio, os famosos RTAs (Regional Trade Agreement) que vão desde acordos bilaterais (país com país) até acordos entre blocos de países. Em 1995, menos de 20 anos atrás, a OMC registrou 123 RTAs. Agora, até janeiro passado, já havia 546 RTAs notificados à OMC, dos quais 354 já em operação, quase 3 vezes mais! Calcula-se que 40% do comércio mundial agrícola já se dê no âmbito das RTAs, o que é uma profunda modificação nos mercados em muito pouco tempo.

Acordos importantes estão em andamento, como a Parceria Trans-Pacífico e alguns mega-acordos estão em estudo, como o que criará uma área de livre comércio entre Estados Unidos e União Européia e outro entre a União Européia e o Japão.

Este acordo atenderá um mercado de mais de 800 milhões de pessoas e será a maior zona de livre comércio do mundo. Na realidade, eles já são grandes parceiros comerciais: um terço das importações e exportações do globo estão aí inseridas. Ora, com redução dos impostos de importação, os preços dos produtos tenderão a cair, ajudando tanto um como outro a sair mais rapidamente do resto da crise nascida em 2008, via aumento de consumo e da produção, com mais empregos e renda.

Brasil e Estados Unidos disputam o mercado europeu no campo do agronegócio, de modo que a redução das tarifas para os americanos pode nos tirar espaço, notadamente em soja e derivados, carnes em geral, suco de laranja e até milho. No ano passado, 23% das exportações do agronegócio brasileiro

foram para a União Europeia. Soja, café, produtos florestais e carnes representaram mais de 70% das nossas exportações para o bloco.

Já para os Estados Unidos, com 7,3% do mercado externo do nosso agro, as principais exportações foram produtos florestais, açúcar, café e carnes, e vamos competir com a UE em açúcar e carnes, sem falar no café torrado e moído.

Enfim, estes acordos todos vão ter enorme impacto no Comércio Mundial, uma vez que no âmbito dos RTAs os países podem fazer concessões superiores às previstas na OMC, e aí ganharão importância temas como patentes, medidas sanitárias e fitossanitárias, liberalização de tarifas, bem-estar animal, denominação de origem, etc.

Diante destes desafios, o ICTSD aponta para novos horizontes que o setor agrícola enfrentará no futuro, dos quais destaca dois pontos:

1 - mudanças climáticas e meio ambiente. Por mais importantes que sejam estes temas, há o temor de que ações domésticas de países ricos no combate ao aquecimento global se transformem em barreiras comerciais disfarçadas, de modo que é essencial regulamentar estas questões na OMC.

2 - reduções temporárias nos acordos RTA: junto com os acordos preferenciais de comércio, os acordos RTA exigem mais regulamentação pela OMC, para que não sejam uma escapatória às regras desta instituição. Transparência passa a ser uma questão chave.

Tudo isso representa riscos ao comércio agrícola brasileiro, cujo crescimento assusta a concorrência. Precisamos ficar muito atentos a tantas e tão fortes mudanças.

Aliás, já se discute abertamente a possibilidade de o Brasil negociar uma RTA com a UE sem levar junto os outros países do Mercosul. Da última vez que tentamos o acordo Mercosul/UE não avançamos nada porque nunca foi conseguido um consenso entre os 4 países do bloco quanto às suas aspirações. E agora tem a Venezuela no barco...

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo**